

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

El papel de la Educación en la era de las crisis múltiples: la construcción de un nuevo contrato social con vistas al Buen Vivir

Patricia Carlesso Marcelino
Angelo Vitório Cenci
Universidade de Passo Fundo (UPF)
Passo Fundo/RS-Brasil

Resumo

Este ensaio visa estabelecer uma articulação conceitual entre o “enfoque das capacidades” de Nussbaum, a defesa de um “novo contrato social” de Shafik e o “princípio do Bem Viver” de Acosta. Tais enfoques auxiliam a apontar desafios e possibilidades à Educação na direção de um outro modo de vida, capaz de ajudar a fazer frente às graves crises vividas hoje pela humanidade e pelo planeta. A aposta política na Educação para a cidadania e para o Bem Viver coloca as práticas educativas e pedagógicas, perante a obrigação de renovarem-se para corresponderem às exigências que doravante se apresentam à formação de cidadãos e de sujeitos políticos em um mundo atravessado por graves crises, como a ambiental, a social, a sanitária e a bélica. Pensar alternativas a essa situação implica articular e sistematizar um novo contrato social e perspectivar a capacidade de imaginar um outro mundo possível, mais justo, ético, humano e sensível, para todos.

Palavras-chave: Educação; Capacidades; Bem Viver.

Resumen

Este ensayo pretende establecer un vínculo conceptual entre el "enfoque de las capacidades" de Nussbaum, la defensa de un "nuevo contrato social" de Shafik y el "principio del Buen Vivir" de Acosta. Estos enfoques contribuyen a señalar retos y posibilidades para la educación en la dirección de otra forma de vida, capaz de ayudar a afrontar las graves crisis que viven hoy la humanidad y el planeta. El compromiso político con la Educación para la Ciudadanía y el Buen Vivir impone a las prácticas educativas y pedagógicas la obligación de renovarse para responder a las exigencias que hoy se plantean a la formación de ciudadanos y sujetos políticos en un mundo acosado por graves crisis como la ambiental, la social, la sanitaria y la bélica. Pensar alternativas a esta situación implica articular y sistematizar un nuevo contrato social y poner en perspectiva la capacidad de imaginar otro mundo posible, más justo, ético, humano y sensible para todos.

Palabras clave: Educación; Capacidades; Buen Vivir.

1. Introdução

Na metade do ano de 2022, Jeffrey Sachs chamou a atenção para o fato de nosso planeta estar enfrentando uma multiplicidade de crises que o ameaçam seriamente. O economista norte-americano observou que a pandemia da Covid-19 criou significativos empecilhos para o mundo alcançar as dezessete metas globais, até 2030, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na forma de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Saúde e a qualidade de vida das populações têm sido afetadas drasticamente pela crise climática. Esta, muitas vezes, traduz-se na forma de catástrofes resultantes de eventos extremos cada vez mais presentes em várias regiões do planeta. Sachs, apontou também que a própria crise sanitária da Covid-19 teria servido de alerta para novas catástrofes sanitárias latentes, mas esse alerta teria sido e continua sendo ignorado, sobretudo pelos governos do norte global. O economista alertou ainda para uma terceira grande crise, a da desigualdade social, principal causadora de mortes na atualidade. Milhões de pessoas vivem na pobreza, morrem de fome e desnutrição e sequer têm acesso a sistemas de saúde minimamente adequados.

De modo semelhante, Nussbaum, anteriormente, já sinalizava e alertava em seus estudos, em 2012, sobre o fato de que a simples e irrestrita busca do crescimento econômico não favorece a distribuição e a igualdade social. A autora destacara que as conquistas na saúde e na educação, assim como a liberdade política, podem ter muito pouco a ver com o crescimento econômico. Nessa mesma direção, entende que, para haver desenvolvimento e qualidade de vida, não basta que a educação seja orientada ao crescimento econômico. Por essa razão a autora, defende e sugere um “*enfoque das capacidades humanas*”, articulado a outra concepção de desenvolvimento humano e social. Essa orientação está fortemente identificada com o *ethos* de uma sociedade democrática em razão de que a capacidade e a possibilidade de as pessoas escolherem as políticas que governem suas vidas é um fato fundamental de uma vida merecedora de ser vivida dignamente, bem como para o funcionamento de sociedades democráticas.

Esse quadro, leva uma autora como Shafik (2021, p. 52) a constatar que o único caminho possível à humanidade reside em estabelecer um “novo contrato social” que contemple as necessidades do século XXI. Dentre outros aspectos, ele demandaria garantir a todos um mínimo para alcançar uma vida decente. Mesmo que, em muitos lugares do

planeta, as pessoas estejam decepcionadas com o contrato social e com a vida que levam, a autora entende não haver saída sem o engajamento em um novo contrato que possa atender suas aspirações à educação, à assistência médica e aos empregos. A autora defende a primazia de valores como a mutualidade, a eficiência, a provisão coletiva, o compartilhamento de riscos e a adaptação a um mundo diferente como condição para evitar o rompimento da confiança mútua em que se baseiam tanto a cidadania quanto as sociedades.

Com base nessas considerações iniciais, este ensaio, está embasado em uma pesquisa bibliográfica, de natureza crítica e hermenêutica, e aponta para um contexto de múltiplas crises, mas também, para a conversão delas em desafios a serem enfrentados. Nosso escrito está estruturado em três passos: o primeiro coloca o desafio de viver melhor em um mundo permeado por múltiplas e graves crises, como a climática, a sanitária, a bélica e a da desigualdade social. No segundo passo, recorre ao enfoque das capacidades de Nussbaum e ao desenvolvimento de virtudes como formas de orientar a Educação para uma vida mais justa e humana. Por fim, articula esses aspectos e a ideia de um novo “Contrato Social” à perspectiva do “Bem Viver” e a alguns desafios e possibilidades à Educação entendida a partir de tais enfoques.

2. O desafio de viver melhor em um mundo permeado por múltiplas crises

A pandemia da Covid-19 acarretou, desde 2020, de um lado, um significativo movimento solidário em busca da cura para o Coronavírus, pois houve uma grande mobilização pelos pesquisadores, Universidades, governos e empresas da saúde para fabricar vacinas eficazes e seguras que imunizassem a população o mais rapidamente possível. De outro lado, mostrou o boicote de alguns governos e de pessoas a esse esforço, assim como a falta de solidariedade de alguns países ricos do norte para com os do sul global. Mostrou também a falta de insumos e de profissionais capacitados para atuar no enfrentamento das consequências de quem contraiu a doença e que ainda está sofrendo ou está tentando tratar as sequelas físicas, cognitivas, emocionais e econômicas geradas por ela.

Não bastasse, houve a propagação de novas ondas de contaminação provocadas por novas cepas e variantes da Covid-19, aliada ao negacionismo de muitas pessoas e grupos em relação às vacinas. Esse quadro resultou na necessidade urgente da fabricação de novas gerações de imunizantes, como também no aumento da conscientização e da

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

difusão das campanhas de vacinação para todas as idades e populações. Redes sociais e noticiários diários retrataram as intensas, graves e desumanas consequências sociais, educacionais e econômicas vivenciadas por milhares de pessoas a partir do contexto da pandemia.

Tais fatores repercutem fortemente na vida das pessoas, sobretudo, as mais pobres e em situação de vulnerabilidade social, resultando num cenário de pobreza extrema, de barbárie e de desumanização, sem precedentes. Há estimativas segundo Deutche Welle (2022), que, no Brasil, 61 milhões de pessoas estejam em situação de insegurança alimentar e que 33,1 milhões de pessoas passem fome, incluindo 5 milhões de crianças. Esse cenário de crise encontra-se agravado, pela guerra entre Ucrânia e Rússia, iniciada em 2022.

A valorização súbita dos sistemas públicos de saúde, das redes de proteção social, das políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico e, de forma geral, do papel do Estado na alocação dos recursos da sociedade, conforme Carvalho (2020, p. 19), têm levado alguns analistas a considerar essa crise como um golpe fatal no neoliberalismo ou, quem sabe, no próprio capitalismo. Muitos imaginaram que a trágica pandemia ajudaria a parir um belo mundo novo, bem mais justo e sustentável. No entanto, as desigualdades exacerbadas pela crise sanitária e pelos patamares mais elevados da dívida pública deixados como herança pelo seu combate, assim como o fortalecimento de tendências ao autoritarismo e ao nacionalismo, apresentam-se como obstáculos vistosos para uma transformação social significativa.

Nicholas Freudenberg, em sua obra “*A que Custo? O capitalismo (moderno) e o futuro da Saúde*”, faz um profundo diagnóstico em torno dos fatores que afetam drástica e negativamente a qualidade de vida de expressiva parte da humanidade hoje. A identificação da origem desse fenômeno é realizada de forma muito precisa pelo autor. Em primeiro lugar, observa que as recentes mudanças no capitalismo precipitaram ou agravaram tanto os apocalipses de 2020, como os desastres mais lentos dos últimos vinte anos” (FREUDENBERG, 2022, p.26). Nesse sentido, o autor considera que o neoliberalismo passou a influenciar diretamente aspectos centrais da vida das pessoas “[...] na saúde e na doença individual e global, moldando a propagação de pandemias, o impacto das alterações climáticas induzidas pelo homem e o peso crescente de doenças crônicas [...]” (FREUDENBERG, 2022, p.26). Em segundo lugar, identifica a responsabilidade por esses

problemas, enquanto causas de múltiplas e crescentes ameaças ao bem-estar, em fatores como “[...] a globalização controlada pelas empresas, a financeirização, a desregulamentação, a concentração monopolista e a captura corporativa das novas tecnologias, características que definem o capitalismo do século XXI” (FREUDENBERG, 2022, p. 465).

De fato, não poderemos reverter as dificuldades econômicas dos pobres no mundo se impedirmos que eles tenham acesso aos grandes benefícios da tecnologia contemporânea, à bem estabelecida eficiência do comércio e do intercâmbio internacionais e aos méritos sociais e econômicos de viver em uma sociedade aberta, como alertaram Sen e Kliksberg (2010, p. 23). Na verdade, o ponto central é como fazer um bom uso dos formidáveis benefícios do intercuro econômico e do progresso tecnológico de maneira a atender, de forma adequada, aos interesses dos destituídos e marginalizados. De acordo os autores, essa é a questão que emerge dos assim chamados movimentos antiglobalização.

O principal desafio, segundo os autores, refere-se à desigualdade internacional e às existentes dentro de cada país, mesmo os desenvolvidos. As preocupantes desigualdades incluem disparidades de riqueza e assimetrias brutais no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas. Os países latino-americanos aprenderam, depois da crise a que foram arrastados nos anos 1990 pela ortodoxia econômica neoliberal, que o Estado tem um papel fundamental para enfrentar tais problemas. O próprio Sen, em 2010, destacou que a oferta de educação básica e saúde pública de qualidade demandam políticas públicas bem formuladas, que têm um papel central para criar oportunidades sociais e acesso aos bens econômicos. Nos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades sociais tem importância crucial e o amplo compartilhamento dessas oportunidades é o fator que possibilitou que o grosso da população participasse diretamente do processo de expansão econômica.

Mesmo que o cenário atual esteja marcado por sentimentos de medo, de crise econômica, de desamparo, de cegueira moral, de negacionismo científico, e pela insensibilidade diante de milhares de mortes, além dos horrores das guerras e dos desastres ambientais que presenciamos por toda parte, torna-se urgente e imprescindível a criação de espaços para experiências formativas que possibilitem o Bem Viver.

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

A perspectiva do “Buen Vivir” (Bem Viver), segundo Acosta (2017, p. 38), é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndia, mas que está presente nas mais diversas culturas. Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos “parte dela” e que não podemos continuar vivendo “à parte” dos demais seres do planeta.

A proposta do Bem Viver, segundo Acosta (2017, p. 39), desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais. Poderia ser inclusive um detonante para dificuldade para construir e enfrentar propositivamente a crescente alienação de uma grande maioria dos seres humanos. Em outras palavras, o Bem Viver não deveria circunscrever-se às realidades andina e amazônica. Apesar de reconhecermos a extrema dificuldade para se construir o Bem Viver em comunidades imersas no turbilhão das desigualdades e contradições do capitalismo contemporâneo, estamos convencidos de que há muitas opções para começar a praticá-la em outros lugares do planeta, inclusive em países industrializados.

Acosta (2017, p. 195) lembra que todas as pessoas têm direito a uma vida digna, que assegure saúde, alimentação e nutrição, água potável, moradia, saneamento básico, educação, trabalho, descanso e ócio, cultura física, vestimenta, seguridade social e outros serviços sociais. Todos esses direitos, para que sejam cumpridos, exigirão ajustes na distribuição da riqueza e da renda, já que não podem ser garantidos apenas com subsídios aos grupos marginalizados. Os direitos devem ser garantidos a todos e a todas, em qualquer tempo ou circunstância, não apenas quando haja excedentes financeiros. Concretamente, se é preciso oferecer seguridade social para todas as donas de casa e não se dispõe de recursos suficientes com as exportações de recursos naturais, por exemplo, haverá que realizar uma reforma tributária que permita obter esses recursos dos segmentos com maior renda. O que está em jogo é uma permanente disputa de poder.

O Bem Viver, segundo Turino (2017, p. 15), também se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo.

Nesse sentido, o Bem Viver diz respeito a escolher um tipo de vida dotado de valor e que, pois, faça sentido às pessoas. Ele implica solidariedade, acolhimento, humanização, empatia, vida compartilhada, sentimento de pertencimento, justiça social e cidadania, dentre outras condições. Pode ser aproximado também, como uma de suas condições fundamentais, do desenvolvimento de capacidades humanas.

3. Criar capacidades e orientar a Educação para uma vida mais justa e humana

A Educação, quando baseada na lógica da lucratividade do mercado global, cria uma estupidez gananciosa que põe em risco a própria existência de uma cultura mundial satisfatória e de vida digna. Segundo Nussbaum (2012, p. 37), se o verdadeiro choque de civilizações dá-se quando ocorre um “choque no interior” nos indivíduos, confrontando seu egoísmo e narcisismo, então todas as sociedades modernas podem perder rapidamente a batalha, já que tendem hoje a alimentar as forças que conduzem à violência e à desumanização e a deixar de fomentar as que conduzem a uma cultura de igualdade e respeito.

Por essa razão, a teoria de Nussbaum aponta que, todo modelo de desenvolvimento humano deve estar comprometido com a democracia, uma vez que orientar consciente, livre e solidariamente a escolha das políticas que governam a própria vida é um ingrediente essencial de uma existência merecedora de dignidade humana. O tipo de democracia que um modelo de desenvolvimento humanizado deve favorecer será o que atribuir um papel importante aos direitos fundamentais que não possam ser retirados das pessoas por meio de caprichos de grupos de poder ou da maioria. Ao contrário, tal modelo deverá favorecer uma firme proteção da liberdade política, da liberdade de palavra, associação e prática religiosa, bem como de direitos em áreas que vão da educação, à qualidade de vida e à saúde.

Se um país quiser favorecer esse tipo de democracia e ser sensível ao seu povo, dedicando-se a promover oportunidades de “vida, liberdade e busca de felicidade” a todos, necessita garantir condições para o desenvolvimento de capacidades mediante as oportunidades que devem ser disponibilizadas aos seres humanos. Nussbaum (2012, p. 138), compreende as capacidades como “os elementos mais importantes para a qualidade de vida das pessoas”, assim como também dos “animais não humanos”. O enfoque das capacidades, orienta-se pela pergunta “o que cada pessoa é capaz de ser e de fazer?” e não

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

se interroga apenas “pelo bem estar social total ou mediano”, mas “concebe cada pessoa como fim em si mesma”.

Dessa forma, Nussbaum (2012, p.42-44) apresenta, então, dentro do seu enfoque, um conjunto amplo de tais capacidades:

a) Capacidade de raciocinar adequadamente a respeito de temas políticos que afetem a nação, de examinar, refletir, argumentar e debater, não se submetendo nem à tradição nem à autoridade; Capacidade de reconhecer seus concidadãos como pessoas com direitos iguais, mesmo que sejam diferentes, quanto à raça, religião, gênero e orientação sexual: olhá-los com respeito, como fins, não como ferramentas a serem manipuladas em proveito próprio;

b) Capacidade de preocupar-se com a vida dos outros. De compreender o que as diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos diferentes tipos de concidadãos e para as pessoas que não pertencem a seu próprio país; Capacidade de conceber cabalmente diversos assuntos complexos que afetam a História da vida humana em seu desenvolvimento: refletir acerca da infância, da adolescência, das relações familiares, da doença, da morte e muito mais, de forma que se caracterize pela compreensão de um amplo conjunto de histórias humanas, não apenas pela reunião de informações;

c) Capacidade de julgar criticamente os líderes políticos, mas com uma compreensão fundamentada e realista das possibilidades de que eles se dispõem e na capacidade de pensar no bem da nação como um todo, não somente no bem do seu próprio local;

d) Capacidade de perceber o seu próprio país como parte de um mundo complexo, em que diferentes tipos de assuntos exigem uma discussão transacional inteligente para que sejam solucionados.

Além dessas capacidades anteriormente mencionadas, Nussbaum reitera a importância da Educação, pois, antes de podermos planejar um sistema educacional, precisamos entender os problemas que enfrentamos para transformar alunos em cidadãos responsáveis que possam raciocinar e fazer uma escolha adequada a respeito de um grande conjunto de temas de importância nacional e internacional. A Educação possui um papel fundamental para o desenvolvimento e o exercício das múltiplas capacidades

humanas, pois “forma as atitudes já existentes nas pessoas e as transforma em *capacidades internas* desenvolvidas de muitas formas. Essa formação é valiosa em si mesma, mas também é uma fonte de satisfação para toda a vida” (NUSSBAUM, 2012, p. 181).

Em direção semelhante, Strieder (2004, p. 42) sinaliza que, mesmo diante de um panorama difícil e, por vezes, desestimulador, podemos aclamar com certo teor otimista o surgimento de consciências querendo refletir sobre inúmeras urgências educacionais. A Educação começa a sentir na atualidade a presença indissociável de seu papel/compromisso para com a vida de seres humanos concretos e reais. Devagar, com uma âncora “mais ou menos” segura, buscam-se os vínculos com ênfase num novo binômio: educar/vida. A vida em um mundo em crise, já não se enquadra mais nos esquematismos formalizados por paradigmas mecanicistas e simplificadores. A vida e o viver manifestam-se em múltiplas referências. Por essa razão, as linguagens pedagógicas que apostam na reconstrução da esperança de incluir na dinâmica da vida a não resignação são também uma aposta no desenvolvimento da sensibilidade solidária.

Neste sentido, os temas da sensibilidade e da solidariedade emergem como desafio a uma Educação para a humanização, que, juntamente com o pressuposto de “salvar vidas”, requer o imperativo de contribuir para “salvar a humanidade”, respeitando a diversidade. Aqui, ganha força mais uma vez o enfoque das capacidades na medida em que se faz urgente a “Capacidade de se preocupar com a vida dos outros” (NUSSBAUM, 2015, p. 26).

Em seus estudos, Duarte Júnior (2006, p. 100), há vários anos, nos alertava sobre a necessidade de discutir sobre o quanto uma Educação voltada para o sensível pode, pela recuperação de velhos saberes e técnicas populares, contribuir para um melhor aproveitamento daquilo que se tem em volta, com a conseqüente diminuição desse desmedido desperdício tão corriqueiro em nossa sociedade contemporânea. Trata-se de saber perceber o mundo ao redor, em termos dos materiais e substâncias que o compõem, coletando-as e trabalhando-as artesanalmente, e que consiste, com efeito, numa maneira de estabelecer vínculos mais sensíveis com a natureza. Assim, a Ecologia, a sensibilidade e a Educação revelam o quão interligados podem estar, se não forem tomadas como partes independentes de um conhecimento fragmentário e desvinculado da vida de cada um. Trata-se de uma Educação que alie sustentabilidade e sensibilidade e que torne a vida das

peças mais ricas em sentido, sobretudo, de imaginação. Os artistas traduzem à perfeição esse ideal.

Por essa via, a tese de Marcelino (2019, p. 190) destaca que educar para virtudes como sensibilidade, solidariedade, compaixão, cooperação, disponibilidade e generosidade, deixam de ser apenas palavras na medida em que se configuram em ações vigorosas para salvar vidas e promover a humanização, canalizando as potencialidades humanas para o bem comum. É necessário pensar num mundo em que a humanidade use todas as potencialidades que ela desenvolveu até agora – não para a reprodução do capital, que promove a concentração de riqueza ou para produzir mais consumismo e indivíduos dóceis e adestrados à engrenagem biopolítica -, mas para o aprimoramento de capacidades de empatia e de humanização e de virtudes.

Essas últimas, segundo Comte-Sponville (1999, p. 3), tornam-se decisivas nas atitudes virtuosas que podem salvar vidas e promover a humanização, de modo que podemos canalizar nossas potencialidades para o bem comum. Virtude, compreende o autor, apoiado em Aristóteles, “é uma força que age, ou que pode agir”; [...] “A virtude ou, antes, as virtudes [...] são nossos valores morais, se quiserem, mas encarnados, tanto quanto quisermos, mas vividos, mas em ato. Sempre singulares, como cada um de nós, sempre plurais, como as fraquezas que elas combatem ou corrigem”. Trata-se, de pensar num mundo em que a humanidade use todas as potencialidades que ela desenvolveu até agora – suas forças para agir –, não para a concentração de riqueza ou para produzir mais consumismo e indivíduos dóceis, mas para o aprimoramento de capacidades de humanização para o Bem Viver.

4. Um novo “Contrato Social” para o “Bem Viver”

A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, humanos, somos também natureza e, desse modo, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos. O Bem Viver recupera essa sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que tende fortemente a transformar tudo e todos em coisa. Com esta sabedoria somos levados a compreender que a relação entre todos os seres do planeta deve ser encarada como uma relação social entre sujeitos, em que cultura e natureza se fundem em Cultura Viva (TURINO, 2017, p. 14).

Acosta lembra que todas as pessoas têm direito a uma vida digna, que assegure saúde, alimentação e nutrição, água potável, moradia, saneamento básico, educação, trabalho, descanso e ócio, cultura física, vestimenta, seguridade social e outros serviços sociais. Todos esses direitos, para que sejam cumpridos, exigirão ajustes na distribuição da riqueza e da renda, já que não podem ser garantidos apenas com subsídios pontuais aos grupos marginalizados. Os direitos devem ser garantidos a todos e a todas, em qualquer tempo ou circunstância. O que se coloca em questão, quando perspectiva-se o Bem Viver, é a distribuição da riqueza, mas também, em sentido mais amplo, a própria função social da economia.

Em seus estudos Mazzucato (2020, p. 342), defende que devemos ter uma compreensão mais dinâmica do que é criar e receber valor no contexto dos objetivos sociais que temos. Fatores objetivos e subjetivos, sem dúvida, entrarão em jogo, mas os subjetivos não devem reduzir tudo a uma escolha individual, despojada do contexto social, político e econômico em que as decisões são tomadas. São esses mesmos contextos que se encontram afetados pela dinâmica (objetiva) da mudança tecnológica e das estruturas de governança corporativa. Este último fator, destaca a autora, afetará a forma como a distribuição de renda será determinada, o que também sofrerá influência da força dos trabalhadores para negociarem sua parte. Essas forças estruturais resultam da tomada de decisões dentro de cada organização. Não há nada inevitável ou determinista nisso, conclui a autora.

Essa visão acerca da criação de valor recuperada por Mazzucato em 2020, pode ser articulada à defesa realizada por Shafik (2021, p. 20-21) acerca da necessidade da criação de um “novo contrato social”. A autora defende a ideia de que a forma como uma sociedade está estruturada tem consequências profundas na vida de quem habita nela e na arquitetura de oportunidades que surgem. Tal forma, delimita não apenas as condições materiais, mas também o bem-estar, os relacionamentos e as perspectivas de vida. A estrutura da sociedade é determinada por instituições como os seus sistemas político e jurídico, a economia e o modo como a vida familiar e comunitária estão organizadas.

Pensar um outro mundo possível implica também, pois, articular um novo contrato social. As normas e as regras que estabelecem como essas instituições coletivas operam é o que a autora Shafik (2021, p. 53) denomina de “contrato social” e este constitui-se em um fator determinante de maior relevância para o tipo de vida que levamos ou queremos levar.

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

O contrato social determina o que deve ser fornecido à coletividade e por quem. Neste sentido, o Estado de bem-estar social é um dos vários meios possíveis de provisão, e aqui se destaca que, quando se menciona contrato social, está referindo-se à parceria entre indivíduos, empresas, sociedade civil e Estado para contribuir com um sistema em que haja benefícios coletivos. Quando cita o Estado de bem-estar, vincula-o aos mecanismos para agrupar riscos e investir em benefícios sociais mediados pelo processo político e pela subsequente ação do Estado.

O contrato social, de acordo com Shafik (2021, p. 52), define o que podemos esperar uns dos outros na sociedade. A combinação, de tecnologia com a mudança na atuação das mulheres, o envelhecimento, e as preocupações com o meio ambiente indicam que nossos antigos modelos econômicos e sociais estão sob pressão. As fissuras do nosso contrato social tornaram-se bastante evidentes durante a pandemia da Covid-19, quando ficou nítido quais grupos da sociedade eram mais vulneráveis. As crises climática e migratória, assim como a turbulência política que observamos em muitos países são apenas uma amostra do que nos espera se não repensarmos o que devemos uns aos outros. Nesse sentido, a autora sugere que, se pudermos realinhar as expectativas, fornecer novas oportunidades e apoio para lidar com as mudanças, haverá a possibilidade de um novo consenso em que nós e nossos filhos poderemos prosperar no futuro.

O foco, segundo a autora, será mais direcionado para as soluções e ao modo como elas podem ser alcançadas, sem deixar de reconhecer que não há respostas certas. O contrato social precisa estar incorporado à sociedade e refletir seus valores, os quais todos nós devemos ajudar a definir. Shafik (2021, p. 53-54) acredita haver três princípios gerais que podem nos guiar na concepção de um novo contrato social: Em primeiro lugar, todos devem ter a garantia de um mínimo para alcançar uma vida decente. Esse mínimo deve incluir assistência médica básica, benefícios associados ao trabalho, Educação e uma aposentadoria que proteja as pessoas contra a pobreza na velhice. Em segundo lugar, é preciso esperar que todos contribuam o quanto puderem e que tenham o máximo de oportunidades para fazê-lo ao qualificarem-se ao longo da vida, aposentando-se mais tarde e recebendo apoio público para o cuidado das crianças, de modo que as mulheres possam trabalhar. Em terceiro lugar, há a necessidade de provisão de proteções mínimas, em torno de alguns riscos, como doença, desemprego e velhice, que será mais exitosa se

compartilhada pela sociedade, ao invés de recair sobre indivíduos, famílias e empregadores.

Shafik define que as poderosas forças propulsoras da economia mundial hoje são: a globalização, as mudanças demográficas, a inovação tecnológica, a exploração do meio ambiente, geraram enorme progresso material em nosso contrato social, mas precisam assumir uma nova orientação. Necessitamos, pois, de um contrato social diferente que preserve benefícios e, ao mesmo tempo, crie uma melhor arquitetura de oportunidades para todos. Além disso, um tal contrato, poderia quebrar o ciclo negativo da política impulsionada pela decepção e pela raiva que corrói a democracia em diversos países do mundo. Shafik (2021, p. 54) pensa que um novo contrato social permitiria perspectivar o modo como poderemos cuidar uns dos outros no futuro e, quiçá, também “ajudará na tarefa mais fundamental de mudar nossas expectativas e comportamentos no seio familiar e nas comunidades e afetará o que pedimos para nossos empregadores e governos”. Um contrato social, para ser justo com as atuais e futuras gerações, precisa levar devidamente em conta a questão da sustentabilidade.

Por essa via, e na perspectiva do Bem Viver, Acosta, alerta para a necessidade de repensar a sustentabilidade em função da capacidade de uso e resiliência da Natureza. Em outras palavras, a tarefa radica no conhecimento das verdadeiras dimensões da sustentabilidade e em assumir a capacidade da Natureza de suportar perturbações que não podem subordinar-se às demandas antropocêntricas. Mas isso não é tudo. Essa tarefa demanda uma nova ética para organizar a própria vida. É necessário reconhecer que o desenvolvimento convencional, sustentado exclusivamente no crescimento econômico, nos conduz por um caminho sem saída, conforme já alertara também Nussbaum. Os limites da Natureza, aceleradamente ultrapassados pelos estilos de vida antropocêntricos, particularmente exacerbados pelas demandas de acumulação do capital, são cada vez mais notáveis e insustentáveis.

O princípio do Bem Viver de Acosta (2017, p. 239), aponta para a construção coletiva de uma nova forma de vida, que parte de um “epistemicídio” do conceito de desenvolvimento e da superação do conceito dominante do desenvolvimento, o que constitui um passo qualitativo importante. Essa proposta, segundo o autor - sempre que assumida ativamente pela sociedade, enquanto acolhe as propostas dos povos e nacionalidades, assim como de amplos segmentos da população e de diversas regiões do

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

planeta – pode projetar-se com força nos debates mundiais, indispensáveis para processar uma “Grande Transformação”.

O Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. Diversidade que não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, nem a existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros. “O Bem Viver será para todos ou não será”. (ACOSTA, 2017, p. 240). Neste sentido, o ponto nevrálgico está na aceitação de que a Natureza possui limites que não podem ser ultrapassados pela economia. A crise climática, resultado do consumo energético exacerbado e da exploração desenfreada da natureza, é uma evidência incontestável.

Para Acosta, não é mais possível tratar dos “bens” e “serviços ambientais” como, simples elementos de transação comercial por meio da concessão de direitos de propriedade sobre as funções dos ecossistemas: uma situação que se produz devido à generalização de um comportamento egoísta e de curto prazo, incapaz de reconhecer que um recurso tem um limite ou umbral antes de entrar em colapso. Longe de uma economia determinada exclusivamente pelas relações mercantis, no Bem Viver, promove-se outro tipo de relação dinâmica e construtiva entre mercado, Estado e sociedade. Não se propõe uma sociedade regida pela lógica exclusiva de mercado e não se deseja uma economia controlada por monopolistas e especuladores. Diferentemente, é preciso construir uma economia com mercados, no plural, a serviço da sociedade.

Apesar dessas exigências explicitadas, o Bem Viver terá de ser ressignificado, construído ou reconstruído a partir da realidade atual do desenvolvimento. Neste sentido, Acosta defende que a real contribuição do Bem Viver está na criação de possibilidades de diálogo, abrindo as portas a um enorme mapa de reflexões, destinado a subverter a ordem conceitual imperante. Uma de suas maiores contribuições, segundo o autor, poderia estar na construção coletiva de pontes entre os conhecimentos ancestrais e modernos, assumindo, a todo instante, que a construção de conhecimentos é fruto de um processo social. Para obtê-lo, nada melhor que um debate franco e respeitoso que ainda precisa ser realizado.

No entanto, faz-se necessário priorizar os investimentos em Educação e Saúde, redefinidos de maneira que possam levar à construção do Bem Viver – e não a uma reedição

do mundo da competição e da acumulação infinita. Como Direitos Humanos, Educação e Saúde deverão ser bens gratuitos e públicos. Acosta (2017, p. 157) ainda reforça, com base no princípio do Bem Viver, a necessidade da gratuidade no acesso à justiça, assim como também à seguridade social de caráter universal. Aponta que esse esforço precisa ser complementado com ações orientadas a superar o machismo e o racismo, assim como toda forma de exclusão social.

O Bem Viver demanda ainda outra sensibilidade, que está articulada à humanização, ao cuidado de si, do outro e do planeta, e é, de acordo com Marcelino (2019, p. 191) um mecanismo poderosíssimo para fazer a diferença. Trata-se, segundo a autora, de uma capacidade que pode ser aprendida, em todos os contextos, através de atos e de exemplos, de gentileza e delicadeza, nesses tempos de barbárie, egoísmo, desrespeito e exclusão social. Para o princípio do Bem Viver, é importante o desenvolvimento da capacidade de valorizar mais as pessoas que as coisas, assim como o exercitar-se mais a cooperação do que a competição. Isso é possível na medida em que tal princípio implica viver em harmonia com a Natureza, desenvolvendo as capacidades de reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades. Esse princípio, de acordo com Acosta, confronta também o conceito de acumulação perpétua e abre as portas para formular visões alternativas de vida.

Nesse sentido, Prestes e Fensterseifer (2022, p. 240) apontam que o âmbito da educação escolar deve ser compreendido como forma de ingresso no mundo, com vistas ao desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade pelo bem comum. Os autores destacam que o currículo escolar e demais legislações pertinentes determinam a educação para a diversidade cultural e a inserção da temática indígena no espaço escolar. Dessa forma, mobilizar temas que tratem de “bons conviveres”, não só orientados pelas proposições andinas, mas abrangendo filosofias dos indígenas brasileiros, é uma das formas de promover o espírito crítico, coibir a disseminação de preconceitos e ressignificar o tempo/espaço de convivência.

Na mesma direção geral, proposta por Nussbaum, quanto a criar capacidades, por Shafik, na forma de um novo contrato social, e por Acosta, com o princípio do Bem viver, estão os dados do Relatório da Comissão Internacional sobre o futuro da Educação, da Unesco de 2022. Nesse relatório, a Unesco (2022, p.12) destaca que precisamos construir juntos um novo contrato social e que a humanidade possui apenas um planeta. Todavia,

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

esta não compartilha bem seus recursos, nem os utiliza de forma sustentável. Existem desigualdades inaceitáveis entre as diferentes regiões do mundo.

O novo contrato social para a Educação deve nos unir em torno de esforços coletivos e fornecer o conhecimento e a inovação, necessários para delinear futuros sustentáveis e pacíficos para todos, fundamentados na justiça social, econômica e ambiental. Nesse sentido, o relatório da Unesco de 2022, aponta que a Educação é o principal caminho para enfrentar essas desigualdades enraizadas. A Educação deve desenvolver as capacidades necessárias levando em consideração a natureza mutável do trabalho e as diferentes formas pelas quais a segurança econômica pode ser suprida. Além disso, o financiamento educacional mundial deve ser ampliado para garantir que o direito universal à Educação seja protegido. O respeito pelos direitos humanos e a preocupação com a Educação como um bem comum devem tornar-se as linhas centrais que costumam o nosso mundo compartilhado e o nosso futuro interconectado.

O relatório defende que esses dois princípios universais devem tornar-se fundamentais na Educação em todos os lugares. O direito à Educação de qualidade em todos os lugares, que construa as capacidades dos indivíduos para trabalharem juntos em benefício compartilhado, proporciona a base para futuros prósperos e diversificados. Com um compromisso consistente em relação aos direitos humanos e ao bem comum, seremos capazes de sustentar e de nos beneficiar da rica tapeçaria de diferentes formas de saber e estar no mundo que as culturas e as sociedades humanas trazem para a educação formal e informal, assim como para o conhecimento que somos capazes de compartilhar juntos. Mesmo que ainda não consigamos avaliar completamente os danos e as perdas educacionais causados pela Covid, de acordo com os dados da Unesco (2022, p. 144), sabemos que são graves, e existe o risco de anularem décadas de progresso. Suas consequências foram sentidas de forma mais dura pelos pobres e marginalizados, no sul global, onde se somam outros desafios. O rastro de morte e perda causado pela Covid-19, combinado com as realidades aceleradas e intensificadas da mudança climática e da desigualdade social, lembra-nos com mais força, que vivemos neste planeta profundamente conectados, uns aos outros.

5. Considerações finais

No presente percurso, procuramos apontar a necessidade de refletirmos sobre o cenário em que a Educação se situa na atualidade, de múltiplas e graves crises que ameaçam a própria existência da humanidade. As perspectivas teóricas abordadas indicam que necessitamos criar capacidades, visualizarmos um novo contrato social e levarmos seriamente em conta outro modo de viver, orientado em uma perspectiva de Bem Viver. Defendemos que uma articulação entre o “enfoque das capacidades” de Nussbaum, a defesa de um “novo contrato social” presente em Shafik e o princípio do Bem Viver, em sua versão Acostiana, auxiliam a impulsionar a Educação na direção de um outro modo de vida, capaz de ajudar a fazer frente às graves crises vividas hoje pela humanidade e pelo planeta.

Em que pese a gravidade da atual situação da humanidade, nem tudo está perdido, conforme nos mostraram os autores aqui tematizados. A título de exemplo, como lembra Freudenberg (2022, p. 497-538), há um leque significativo de possibilidades para repensar nossa organização enquanto sociedades. O autor indica e propõe seis objetivos que podem auxiliar nessa direção, a saber: a) expandir o setor público, b) fortalecer a democracia, c) enfrentar o racismo sistêmico e o sexismo na desigualdade de acesso à saúde, d) fomentar a discussão sobre impostos e regulamentação, e) focar nas metrópoles e, por fim, f) tornar a ciência e a tecnologia propriedade pública. Nesse contexto de urgência, mas também de grandes possibilidades, as reflexões aqui esboçadas, intencionam ajudar a repensar um mundo, mais humano, mais democrático, mais equitativo e cidadão, convidando-nos a acolher a ideia de construirmos juntos, um novo contrato social, em especial aqui, para a Educação.

Em seu relatório a Unesco (2022, p. 152) propõe “reimaginar nossos futuros juntos” como forma de estabelecermos ‘um novo contrato social para a Educação’. Por essa via, a aposta política na Educação para a cidadania e para o Bem Viver, coloca necessariamente as práticas educativas e pedagógicas, perante a obrigação de renovarem-se, para que possam corresponder às exigências que doravante se apresentam à formação de cidadãos e de sujeitos políticos em um mundo atravessado por graves crises. Serão as suas ideias renovadas e atualizadas, no quadro da ação educativa, que poderão induzir novos modos de fortalecer a democracia.

O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social com vistas ao Bem Viver

Em última instância, é nesse sentido que, ao nosso ver, a articulação entre a criação de capacidades (Nussbaum), a ideia de um novo contrato social (Shafik) e o princípio do Bem Viver pode fomentar e oportunizar as condições para se “construir um mundo diferente”; trata-se de outro mundo possível, orientado para a perspectiva do Bem Viver como princípio, pois, de acordo com Acosta (2017, p. 19) “um outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza”. O autor, ainda destaca que, se o desenvolvimento em sentido economicista trata de “ocidentalizar” a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro”.

O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, Acosta (2017, p. 82) reforça que o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência.

Referências

ACOSTA Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. 2ª reimpressão. São Paulo: Elefante, 2017.

CARVALHO, Laura. **Curto Circuito: O vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DEUTSCHE WELLE. **ONU: 61 milhões vivem insegurança alimentar no Brasil**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mais-de-61-milh%C3%B5es-vivem-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-brasil-aponta-onu/a-62388788>. Acesso em: 23 mar. 2023.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos a Educação (do) Sensível**. 4ªed. Curitiba: Criar Edições, 2006.

FREUDENBERG, Nicholas. **A Que custo? O capitalismo (moderno) e o futuro da Saúde**. Tradução Juliana Leite Arantes, São Paulo: Elefante, 2022.

MARCELINO, Patricia Carlesso. **Humanização e Sensibilidade: Educação e Uso do Corpo em Giorgio Agamben**. 2019. 201f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

MAZZUCATO, Mariana. **O Valor de Tudo:** Produção e apropriação na Economia global. Tradução Camila Adorno e Odorico Leal. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2020.

NUSSBAUM, Martha. **Crear Capacidades:** propuestas para el desarrollo humano. Tradução Santos Mosquera Albino. Madrid: Paidós, 2012.

NUSSBAUM, Martha. **Educação e Justiça Social.** Tradução de Graça Lami. Portugal: Edições Pedagogo, 2014.

NUSSBAUM, Martha. **Sem Fins Lucrativos:** porque a Democracia precisa das Humanidades. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SACHS, Jeffrey. Desenvolvimento e Saúde Global: Agenda 2030 e HLPF 2022 (Palestra). In: **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde "José Roberto Ferreira"**, Cris/Fiocruz, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://youtube.com/live/u92KjxopOu4?feature=shares>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. 5ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHAFIK, Minouche. **Cuidar Uns dos Outros:** Um Novo Contrato Social. Tradução Paula Santos Diniz. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

STRIEDER, Roque. **Educar para a iniciativa e a solidariedade.** 2ªed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

PRESTES, Fabiane; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Educar para o Bem Viver na Sociedade individualizada. In: SILVA, Sidinei Pithan. *et al.* (orgs). **Docência e Educação em Tempos Líquido-Modernos.** Ijuí: Editora Unijuí, 2022.

TURINO, Celio. Prefácio à edição Brasileira. IN: ACOSTA Alberto. **O Bem Viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. 2ª reimpressão. São Paulo: Elefante, 2017.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação.** Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.

*O papel da Educação na era das múltiplas crises: a construção de um novo contrato social
com vistas ao Bem Viver*

Sobre os autores

Patrícia Carlesso Marcelino

Doutora e Pós-Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF-RS); Especialista em Docência na Saúde (UFRGS), Especialista em Arteterapia e, em Atividade Física e Qualidade de Vida (UPF-RS); Profissional de Educação Física, Arteterapeuta e Pedagoga; Membro dos Grupos de Pesquisa NUPEFE, GEEDE, Pesquisa, Teoria e Práxis Pedagógica (UPF-RS), Brasil. E-mail: patriciacarlessowellness@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9084-118>

Angelo Vitório Cenci

Doutor e Pós-Doutor em Filosofia pela UNICAMP-SP. Professor do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade (IHCEC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF-RS). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Filosofia e Educação (NUPEFE) e do Grupo de Estudos em Ética, Democracia e Educação (GEEDE) da Universidade de Passo Fundo (UPF-RS), Brasil. É coordenador, pela Universidade de Passo Fundo (UPF-RS) do Convênio Internacional Trilateral UPF-UNCPBA-UNICAMP. Email: angelo@upf.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0541-2197>

Recebido em: 29/08/2023

Aceito para publicação em: 05/12/2023